

A Inclusão Social por meio da Valorização de Elementos Culturais Indígenas

Lucas Cavalcante de Souza Titato

Resumo

A conquista e a subordinação indígena, por parte dos europeus, fizeram com que os nativos passassem a ter dificuldades em manter o seu estilo de vida e cultura originais, vivendo em espaços geográficos delimitados. Além de serem considerados selvagens, por não comungarem da cultura europeia, eram tidos como empecilhos para o desenvolvimento econômico da sociedade, que se apropriava e se instalava em suas terras. Assim, tiveram que se adequar às novas condições impostas e incorporar elementos da cultura dominante. Deste modo, o artigo objetiva destacar as características destes povos caçadores-coletores, tendo como base de estudo a etnia Kaingang, além de apresentar medidas que ofereçam uma melhor qualidade de vida a essas populações e que preservem sua cultura. Metodologicamente, o estudo realiza revisão de literatura, que embasou o contexto histórico, a análise cultural, a descrição das habitações dos povos indígenas Kaingang e os métodos e iniciativas para promoção da inclusão social indígena.

Palavras-chave: Caçadores-coletores. Preservação. Sociedade.

Introdução

Os conflitos sempre foram uma constante nas relações que se deram entre os povos nativos do atual território brasileiro e as populações europeias que buscavam ampliar o seu mercado

econômico, tirando proveito de todas as riquezas naturais que as terras além-mar pudessem oferecer. O contato entre essas duas civilizações evidenciou a enorme disparidade socioeconômica, causada por percepções de mundo completamente contrastantes, em decorrência da diferença cultural. Por isso, é importante compreender o conceito de cultura e como ela se apresenta em nossa sociedade, para que assim possamos perceber o que motivou o comportamento hostil e a dissidência entre os dois povos desde o princípio.

A perda de territórios e a exclusão social fizeram com que muitos índios se adaptassem e cedessem à cultura alheia, para sair da precariedade e sobreviver junto à sociedade que os envolve. Mesmo assim, ainda existe por parte deles uma luta para manter sua cultura viva. Com isso, é importante que haja o reconhecimento dos elementos que compõem o conjunto de hábitos e manifestações dos povos indígenas, para evidenciar o valor que eles possuem e preservar sua cultura tradicional, por meio de espaços que assegurem um contato com suas raízes.

Assim, o presente artigo tem como objetivo destacar aspectos inerentes à relação de contato entre a cultura europeia e a indígena, respaldando-se nas características dos povos caçadores-coletores, em especial, da etnia Kaingang. Ademais, busca-se apresentar algumas medidas tomadas para que os índios não fossem reféns de uma imposição cultural. Deste modo, é importante mostrar um panorama que se diferencia da visão eurocêntrica vigente em todos os âmbitos da nossa sociedade e sugerir meios para estabelecer um convívio harmonioso, respeitando as diferenças culturais.

Metodologia

Para construção deste artigo, foi realizado um estudo pautado em revisão de literatura, em busca de informações que propiciem a compreensão das particularidades culturais relativas ao povo indígena, com ênfase na cultura Kaingang, e a sua relação com a cultura da sociedade de origem europeia.

Histórico

Desde o momento em que ocorreu o contato com populações estrangeiras, os Kaingang tiveram que se habituar com constantes situações de desapropriação de terras, as quais lhes garantiam sobrevivência, por meio da caça, da pesca e da coleta, tendo como consequência a perda da autonomia política e econômica. As famílias indígenas foram coagidas a ficar confinadas em pequenas parcelas de seus territórios, que passaram a ser demarcados, devido aos interesses do Estado, dos madeireiros, de empresas colonizadoras e colonos, resultando em conflitos entre brancos e índios. Assim, após a conquista do território pelos europeus, eles se viram inseridos na economia de mercado e completamente dependentes dela (TOMMASINO E DE ALMEIDA 2014).

De acordo com Tommasino (2011, p. 9), “documentos dos períodos colonial e imperial revelam que, ao mesmo tempo que se aldeava os índios para serem utilizados como mão-de-obra, também se tentava fazer com que abandonassem a vida de caçadores-coletores”. Deste modo, os territórios indígenas passaram a ficar livres para que o seu solo, subsolo e rios pudessem ser aproveitados para agricultura, criação de gado, mineração, exploração da madeira e de energia elétrica (TOMMASINO 2011).

Conforme Tommasino e De Almeida (2014), “Terra Indígena (TI) é uma categoria jurídica e designa uma área de terra delimitada e homologada pelo poder público” (Figura 1). Já o território que não é reconhecido pelo Estado como TI é denominado Terra tradicional Kaingang/Ngá e mantém fronteiras abertas e fluidas, englobando a área da Terra Indígena, as áreas do entorno, que faziam parte dos seus territórios tradicionais e também novas áreas, que garantiam a sobrevivência física e cultural dos índios no período pós-conquista.

Entretanto, preservar suas territorialidades, segundo seus próprios padrões, gera um permanente conflito com os códigos oficiais. Dentro das reservas, os índios passaram a viver, em geral, da agricultura de subsistência e da produção de artesanato comercial. Várias consequências negativas foram acarretadas em decorrência do novo estilo de vida no qual estes povos foram submetidos. O sedentarismo, a alteração nas condições gerais de saúde, o alcoolismo, a fome, a desnutrição e a mortalidade infantil são alguns exemplos.

Hoje, grandes projetos de exploração mineral, construção de rodovias e de barragens para fazer usinas hidrelétricas, continuam a prejudicar muitos povos indígenas, ao atingir suas reservas que ainda sofrem com invasões. Eles também convivem com os assassinatos de líderes indígenas, que defendem as terras de seu povo, e constantes conflitos com fazendeiros, posseiros e garimpeiros (TOMMASINO 2011).

A precariedade vivida pelas famílias dentro das Terras Indígenas fez com que os Kaingang passassem a buscar algum trabalho assalariado para comprar produtos que garantissem a sobrevivência imediata. Com isso, houve um aumento da importância das cidades para este povo, onde seria possível vender seus artesanatos, procurar serviços variados e ter uma vida social juntamente com os não-índios (TOMMASINO E DE ALMEIDA 2014).

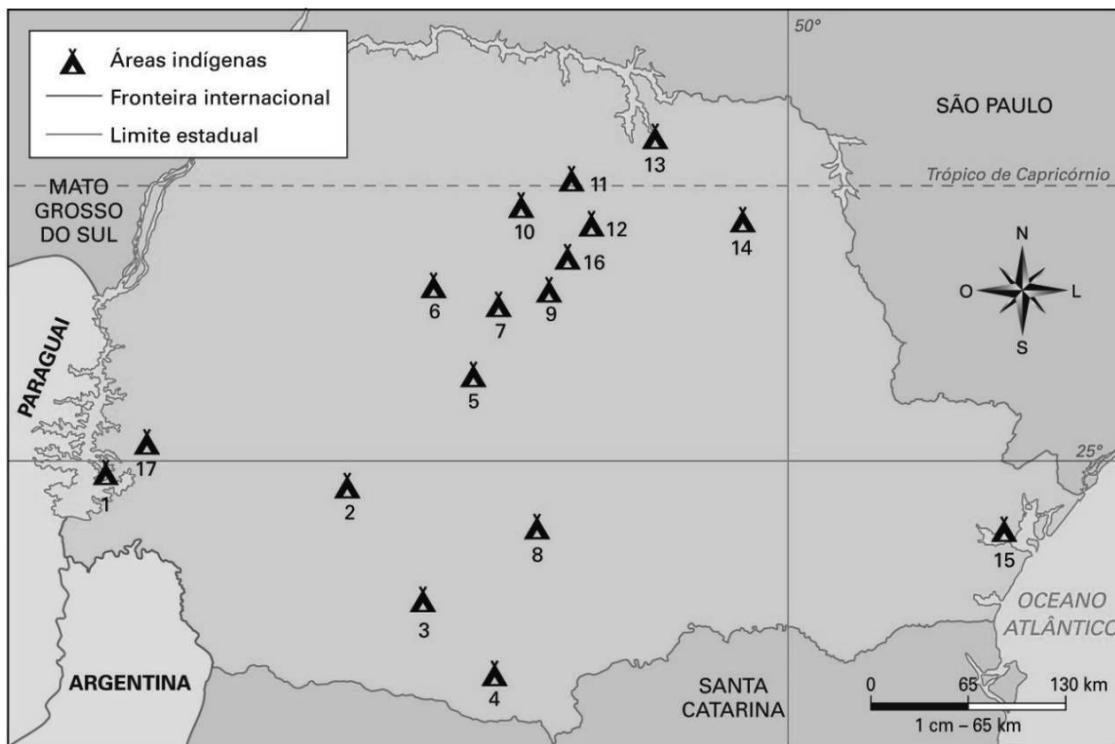


Figura 1. Localização das Terras Indígenas no Estado do Paraná. Fonte: Silveira (2015). Disponível em: <https://pin.it/2IDPeV3>.

Cultura

Para Passos (2010), apenas os seres humanos podem possuir cultura, sendo que, para adquiri-la, cada indivíduo deve construí-la e reconstruí-la em si mesmo, envolvendo-se completamente, pois ela não é exterior a nós, mas é algo que negociamos com as pessoas com as quais convivemos e que nos deram origem.

A cultura também mantém guerras; concorrência individual; exclusões de direitos; absolutidade da propriedade privada; direitos dos mais fortes; infanticídio; trabalho escravo; morte por apedrejamento; patriarcalismo, conservadorismo religioso, fundamentalismos políticos, pena de morte; *apartheids* por racismo; tortura, escola reprodutora; massacre dos pobres...E, nada disso são “naturalidades”! São artefatos construídos por homens e mulheres que exorbitam o campo individual, e tecem uma rede coletiva de referências que se institucionaliza, e de certa forma, nos obriga a todos, ou pelo menos “pretende” (PASSOS 2010, p. 24).

A sociedade de consumo tem como característica o gosto pela acumulação de bens materiais. Entretanto, esta particularidade não é algo orgânico e nem universal, mas um valor cultural adquirido (RAMOS 1986 *apud* TOMMASINO E DE ALMEIDA 2014). Partindo desta premissa, é possível compreender os conflitos provenientes do contato entre os povos indígenas e não-indígenas, que perduram até a atualidade.

De acordo com Tommasino (2011), praticamente todos os índios no Brasil viviam em sociedades cuja economia dependia basicamente da caça e coleta, embora também plantassem. Os grupos de caçadores e coletores não aceitam a ideia de superioridade do ser humano sobre os outros seres e o resto da natureza, pois se consideram parte integrante do meio ambiente.

As principais características dos caçadores-coletores, segundo Tommasino e De Almeida (2014), são: “grande mobilidade e exploração de amplos espaços geográficos; unidades domésticas relativamente pequenas; produção voltada apenas para subsistência; ausência de excedentes; fronteiras territoriais que não são rígidas nem fixas”.

As populações Kaingang utilizavam caminhos feitos em extensos territórios cobertos por bosques de araucárias, para realizar coleta de pinhão, um de seus principais alimentos, bem como a caça de animais (MOTA 2000 *apud* TOMMASINO E DE ALMEIDA 2014). Percebe-se, assim, que a terra sempre foi muito importante para o desenvolvimento de práticas socioculturais na sociedade Kaingang (LAPPE 2012).

Habitações

Para a cultura indígena, as habitações estão intrinsecamente ligadas às relações sociais. Com uma população de, aproximadamente, vinte e cinco mil pessoas, a etnia Kaingang está distribuída em cerca de trinta áreas distintas,

espalhadas pelos estados do Paraná, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e São Paulo (D'ANGELIS E VEIGA 2003).

Alguns tipos de habitações eram concebidas por esta etnia antigamente. Em áreas de florestas de araucárias, no planalto meridional do Brasil, foram construídos os “buracos de bugre”, como são conhecidos popularmente. Tratam-se de casas subterrâneas, feitas a partir da abertura de um buraco vertical na terra, com estrutura de madeira e cobertura de folhas, possuindo condições de temperatura excelentes, devido a inércia térmica da terra (WEIMER 2012). Índícios apontam que essas estruturas circulares (Figura 2) serviam como residências, entretanto, deixaram de ser construídas há centenas de anos (D'ANGELIS E VEIGA 2003).



Figura 2. Ilustração de como seria uma casa subterrânea internamente. Fonte: multiplica.org (2016).

Já a casa grande, ocupada por famílias extensas, era a típica casa Kaingang, antes das relações com a sociedade brasileira e também nos primeiros anos de contato (D'ANGELIS E VEIGA 2003). O capuchinho italiano Frei Luis de Cimitile descreve estas habitações Kaingang como cabanas cobertas com folhas de palmeiras, com diferentes tamanhos, conforme o número dos indivíduos. De acordo com o Frei, os índios nunca deixavam nenhum repartimento, mas reservavam um espaço para o fogo (CIMITILE 1882:275 *apud* D'ANGELIS E VEIGA 2003).

Não existem imagens que revelem estas habitações. Entretanto, na aldeia Enauenê-Nauê, no estado do Mato Grosso, foi registrada uma foto (Figura 3) de três casas que possuem o mesmo formato das grandes casas Kaingang (D'ANGELIS E VEIGA 2003).



Figura 3. Foto registrada por Egon Heck, há poucos anos. Fonte: D'Angelis e Veiga (2003).

O Inspetor do Serviço de Proteção Indígena (SPI), Luiz Bueno Horta Barbosa, observou uma construção feita como um simples “paravento”. Era a típica casa de acampamento, que por ser de paragem provisória, era de construção fácil e rápida (D'ANGELIS E VEIGA 2003). Geraldo de Paula Souza (1918, p. 740 *apud* D'ANGELIS E VEIGA 2003), em uma visita ao posto do SPI, em 1916, faz uma breve descrição destas casas Kaingang: “Vivem os índios em palhoças toscas, construídas pelos mesmos, à moda antiga. Umas, simples paraventos inclinados, feitos de alguns paus fincados ao solo, recobertos por folhagens; outras, de dois lances, em forma de telhado”.

Henry Maniser conheceu os Kaingang em 1914, em um importante trabalho sobre os indígenas desta etnia, que habitavam o Estado de São Paulo (D'ANGELIS E VEIGA 2003). Maniser reproduziu em gravura uma casa de acampamento (Figura 4).

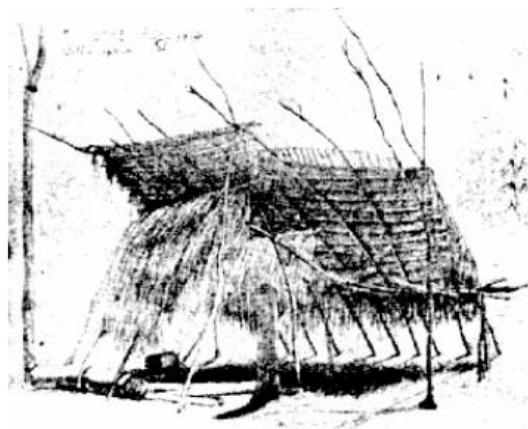


Figura 4. Gravura feita por Henry Maniser. Fonte: D'Angelis e Veiga (2003).

Atualmente, é possível encontrar habitações Kaingang construídas com diversos materiais, como: casas de madeira, casas de alvenaria com cobertura de telhas de cimento amianto, casas de pau-a-pique cobertas de folhas vegetais, abrigos feitos de lona ou papelão, entre outros. Em uma aldeia Kaingang, as casas costumam encontrar-se espalhadas pelo território, no entanto, a disposição delas, hoje em dia, é na forma de arruamentos e pequenas vilas. Isso acontece devido às iniciativas dos órgãos indigenistas oficiais, que construíram “conjuntos” de casas para famílias indígenas em determinadas comunidades (D'ANGELIS E VEIGA 2003).

Inclusão Social

O Artigo 231 da Constituição Federal promulgada em 1988, pela primeira vez na história republicana reconheceu os índios, sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens. Mas, mesmo após este decreto e a conquista do direito à autodeterminação, a situação indígena, na prática, não se alterou muito e a luta por maior autonomia e respeito por parte da sociedade envolvente e dos poderes instituídos se mantém. (TOMMASINO E DE ALMEIDA 2014). Conforme Tommasino (2011), “as políticas educacionais e de saúde não têm levado em consideração as suas especificidades culturais. Sendo políticas homogeneizantes e indiferenciadas, constituem-se ações que desrespeitam a existência dos sistemas indígenas, baseados em códigos e lógicas que diferem dos sistemas ocidentais”.

Todavia, algumas ações que buscam valorizar o indígena e a sua cultura, proporcionando meios para uma melhor qualidade de vida e autonomia, são idealizadas e postas em prática. O Programa de Formação de Gestores Indígenas, o Projeto de Atendimento à Saúde Indígena e o Programa de Formação de Professores Indígenas, desenvolvidos sob a coordenação de diferentes instituições (um Organismo da Cooperação Internacional, uma Universidade e uma Organização Não-Governamental) são exemplos de políticas públicas que foram criadas e colocadas em prática no estado de Mato Grosso e na Amazônia, objetivando ampliar a autonomia e o desenvolvimento de comunidades indígenas. Os resultados identificam o surgimento de uma mudança nas relações entre o Estado e os grupos sociais diferenciados (SECCHI 2010).

Um outro exemplo é o projeto “Moradias Infantis” (Figura 5), realizado pelos escritórios brasileiros Aleph Zero e Rossenbaum para a cidade de Formoso do Araguaia, estado do Tocantins, em busca da transformação, do resgate cultural, do incentivo às técnicas construtivas locais, da beleza indígena e seus saberes, aliado à construção da noção de pertencimento, necessária ao desenvolvimento das crianças da escola de Canuanã (ROSENBAUM® + ALEPH ZERO 2017). Para Secchi (2010), “cabe ao poder público, às instituições formadoras e aos grupos de pertencimento consolidar os caminhos da sua autonomia por meio de medidas que promovam o protagonismo de todos os atores e assegurem o diálogo intercultural”.



Figura 5. Imagem de um dos ângulos das Moradias Infantis. Fonte: ROSENBAUM® + ALEPH ZERO (2017).

Conclusão

Com base no estudo realizado, chega-se à conclusão de que seria importante que houvesse a concepção de espaços que promovessem a partilha e a troca de informações e conhecimentos entre as diferentes culturas. Ambientes que proporcionassem aos índios novos aprendizados e aptidões, colocando-os como protagonistas de suas ações perante à sociedade, rompendo com a dependência instaurada nos últimos tempos e conferindo-lhes autonomia para aplicar e transmitir às demais pessoas os saberes e técnicas tradicionais de seu povo. Esses lugares deveriam priorizar a identidade dos indígenas, com a inserção de elementos de sua cultura ou símbolos que remetesse a ela, e também dar a liberdade para que eles pudessem se expressar e deixar sua marca. Deveriam ainda, despertar o interesse da população em geral em conhecer o local e, conseqüentemente, a história e características deste povo e oferecer uma área que funcionasse como abrigo para acolhimento dos nativos, oportunizando meios para uma melhor qualidade de vida.

A aplicação da arquitetura vernacular na elaboração desses espaços é plenamente válida e oportuna. Além disso, seria fundamental evidenciar e promover a integração com a natureza, aproveitando a ventilação e iluminação naturais, com amplas aberturas e uso de vidro. Dessarte, esses locais teriam a finalidade de retratar a história e costumes indígenas, ofertando palestras e apresentações educativas e oferecendo uma área de ensino para realização de cursos de capacitação e aperfeiçoamento profissional, como cursos de informática, línguas, história e cultura indígena, fitoterapia e práticas sustentáveis, artesanato e gastronomia, possibilitando, ainda, a venda de produtos indígenas e a promoção do apoio assistencial.

Referências

D'Angelis, Wilmar R. e Veiga, Juracilda. 2003. *Habitação e Acampamentos Kaingang hoje e no passado*. Chapecó: Cadernos Do Ceom, Unochapecó/Argos.

Lappe, Emeli. 2012. *Natureza e territorialidade: um estudo sobre os Kaingang das terras indígenas linha glória/estrela, por fi gâ/ são leopoldo e foxá/lajeado*. Orientador: Prof. Dr. Luís Fernando da Silva Laroque. Lajeado: Trabalho de conclusão de curso (Licenciatura em História) - Centro Universitário UNIVATES. Disponível em: <https://www.univates.br/bdu/bitstream/10737/436/1/EMELILAPPE.pdf>. Acesso em: 11 out. 2019.

Passos, Luiz Augusto. Cultura: flecha humana e cósmica que aponta o caminho para os sentidos. In: Grando, Beleni Saléte et al. 2010. *O eu e o outro na escola: Contribuições para incluir a história e a cultura dos povos indígenas na escola*. Cuiabá: EdUFMT.

ROSENBAUM® + ALEPH ZERO. 2017. *Moradias Infantis / Rosenbaum® + Aleph Zero*. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/879961/moradias-infantis-rosenbaum-r-plus-aleph-zero>. Acesso em: 2 de maio 2019.

Secchi, Darci. Lidando com a diferença nas políticas públicas brasileiras. In: Grando, Beleni Saléte et al. 2010. *O eu e o outro na escola: Contribuições para incluir a história e a cultura dos povos indígenas na escola*. Cuiabá: EdUFMT.

Tommasino, Kimiye. 2011. *Os povos indígenas no paraná: 500 anos de encobrimento*. Disponível em: <http://ktommasino.blogspot.com/2011/03/os-povos-indigenas-no-parana-500-anos.html?m=1>. Acesso em: 15 mar. 2019.

Tommasino, Kimiye e De Almeida, Ledson Kurtz. 2014. *Territórios e territorialidades Kaingang: a reinvenção dos espaços e das formas de sobrevivência após a conquista*. Londrina: Mediações. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/viewFile/20694/15761>. Acesso em: 15 mar. 2019.

Weimer, Günter. As técnicas construtivas. In: Weimer, Günter. 2012. *Arquitetura popular brasileira*. São Paulo: WMF Martins Fontes.